

Fundos de Investimento são recriados

JORNAL DA TARDE no Orçamento de 91 11 DEZ 1990

A Comissão Mista de Orçamento vai aprovar amanhã o projeto de lei orçamentária para 1991 com modificações. Entre elas está o refinanciamento da dívida externa dos Estados e Municípios, com aval da União, de aproximadamente US\$ 2,4 bilhões, que vence no ano que vem. O relatório final do projeto recria dezenas de fundos que tinham sido extintos porque não foram referendados pelo Congresso até o dia 6 de outubro. A questão do refinanciamento da dívida foi acertada entre as lideranças da Comissão e o secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia.

O tratamento a ser dado à dívida, depende, porém, da negociação com os credores externos. A regra estabelecida pela Comissão, que será votada até sexta-feira, estabeleceu que o refinanciamento da dívida externa dos Estados e Municípios terá o mesmo tratamento da dívida da União.

O deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), relator do texto do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo, disse ontem que o refinanciamento dependerá da negociação com os credores externos. Fontes do governo resumem o acordo com a Comissão como "meramente conceitual".

Por este raciocínio, não seria correto exigir um esforço adi-

cional dos Estados e Municípios. "A União não vai exigir deles o que não exige de si própria", explicou, ontem, o diretor do Departamento de Orçamento da União, Cláudio Forghieri.

Fundos

A Comissão Mista de Orçamento decidiu incluir os fundos no projeto de lei que dispõe sobre o plano plurianual 1991-1995. São mais de 40 fundos que foram extintos no dia 6 de outubro, porque não haviam sido referendados pelo Congres-

so. O presidente Fernando Collor mandou mensagem ao Congresso, pedindo que os fundos fossem considerados incluídos na proposta orçamentária porque o Congresso já os aprovara no projeto orçamentário de 1989.

A Comissão não gostou do procedimento e nem das razões da mensagem presidencial. Resolveu, então, recriar os fundos, que estão no projeto de lei do plano plurianual. Entre os eles inclui-se o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), com Cr\$ 1,8 trilhão a preços de maio.

João Maia
negociou
com o
Congresso
rolagem
das
dívidas
dos
Estados e
municípios

